



Instituto de Seguros de Portugal

Transferência parcial para a Segurança Social das responsabilidades dos fundos de pensões das instituições de crédito

Audição parlamentar de 11 de janeiro de 2012

Muito bom dia, senhores Presidentes e senhores Deputados,

No processo de transferência das responsabilidades com pensões do setor bancário para a Segurança Social, o Instituto de Seguros de Portugal (ISP) foi solicitado para se pronunciar sobre as matérias referentes à sua área de competência. Nesse sentido, procedeu ao correspondente aconselhamento técnico ao Governo, tendo para tal fornecido a informação necessária de cariz atuarial e financeiro. Não coube ao ISP qualquer participação no processo negocial.

A minha intervenção vai focar-se na responsabilidade do ISP no domínio da supervisão dos fundos de pensões das instituições de crédito e em aspetos técnicos que se colocam na avaliação das responsabilidades dos mesmos.

No exercício das suas funções de supervisão dos fundos de pensões, o ISP tem como objetivo essencial garantir que cada fundo, nos termos da legislação e regulamentação vigentes, cumpre a sua função de financiamento das responsabilidades afetas ao respetivo plano de pensões e assegura o pagamento dos benefícios previstos naquele plano, podendo estes ser pagos diretamente pelo próprio fundo ou através de seguros de renda vitalícia adquiridos para o efeito.

No caso dos fundos de pensões que estão a financiar planos de benefício definido, como é o caso dos fundos envolvidos na transferência, o ISP, para além de aferir o cumprimento, por parte das entidades gestoras, dos princípios gerais de uma gestão prudente, diligente e preventiva, e quantificar o nível de risco dos patrimónios dos



Instituto de Seguros de Portugal

fundos de pensões, acompanha a avaliação das responsabilidades subjacentes àqueles planos de pensões.

Trata-se de responsabilidades de longo prazo que devem ser financiadas anualmente por forma a serem constituídas reservas mínimas suficientes para que o fundo de pensões se encontre numa situação de solvência relativamente aos benefícios assumidos e consagrados no plano correspondente, isto é, para que, em cada momento, o valor do património do fundo seja, pelo menos, igual ao valor atual das pensões em pagamento, bem como dos direitos adquiridos e das pensões em formação dos participantes.

O financiamento dos fundos de pensões decorre do cálculo do valor das responsabilidades obtido com base em metodologias, parâmetros e hipóteses atuariais, resultantes da seleção feita pelos atuários responsáveis de cada fundo com a adequada prudência para poderem acomodar oscilações desfavoráveis.

Para identificar o montante das contribuições necessárias ao financiamento do plano, é efetuada a quantificação das responsabilidades de um plano de benefício definido através de avaliação atuarial devidamente certificada pelo respetivo atuário responsável e vertida num relatório que é enviado anualmente ao ISP.

Ao atuário responsável, enquanto estrutura de governação no domínio dos fundos de pensões, cabe a certificação dos métodos e pressupostos usados.

Na escolha destes métodos e pressupostos de cálculo das responsabilidades, o atuário responsável deve atender à regulamentação em vigor para a generalidade dos fundos de pensões, bem como à regulamentação específica do setor de atividade ao qual pertence o associado do fundo.



Instituto de Seguros de Portugal

Para os fundos de pensões financiados por instituições do setor bancário, os métodos e pressupostos usados no financiamento correspondem aos resultantes da legislação específica que lhes é aplicável.

De facto, as instituições de crédito sujeitas à supervisão do Banco de Portugal têm de adotar, de acordo com um Aviso do Banco de Portugal, os princípios da IAS 19 na avaliação das suas responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência na elaboração das suas demonstrações financeiras, tanto em base individual como em base consolidada.

Sem prejuízo dos métodos e pressupostos utilizados, a regulamentação exige o financiamento integral das responsabilidades com pensões em pagamento e dispõe que pelo menos 95% das responsabilidades por serviços passados do pessoal no ativo devem estar financiadas.

Há ainda a referir que, nas instituições do setor bancário, os métodos e pressupostos de cálculo das responsabilidades com pensões, usados para fins de registo e de divulgação nas suas demonstrações financeiras, são objeto de certificação e supervisão por parte, respetivamente, dos revisores oficiais de contas e dos supervisores financeiros (dos fundos de pensões – o ISP – e das instituições de crédito – o Banco de Portugal), cuja atuação é exercida na ótica da continuidade dos fundos de pensões financiados por essas instituições.

É de relevar que aquelas instituições têm vindo a cumprir a regulamentação aplicável e têm adotado tábuas de mortalidade adequadas à esperança de vida das suas populações de beneficiários e participantes numa perspetiva de avaliação das responsabilidades a justo valor para efeitos contabilísticos.



Assim, dentro da ótica de continuidade que é seguida de acordo com as melhores práticas internacionais para o financiamento dos fundos de pensões, podemos afirmar que os fundos das instituições de crédito têm vindo a ser adequadamente financiados.

Quanto à composição do património dos fundos de pensões, as respetivas entidades gestoras devem ter em conta os objetivos e as finalidades a atingir pelos mesmos, nomeadamente no tocante aos níveis adequados de segurança, qualidade, rendimento e liquidez das aplicações efetuadas, assegurando a observância dos princípios prudenciais de diversificação e dispersão de riscos, devendo agir no melhor interesse dos participantes e beneficiários dos fundos de pensões.

Para o cálculo das responsabilidades de um fundo de pensões são determinantes os pressupostos assumidos quanto à taxa de desconto e à tabela de mortalidade.

O ISP efetua, no quadro regulamentar em vigor, o acompanhamento e a monitorização das tabelas de mortalidade utilizadas no âmbito dos fundos de pensões.

As tabelas de mortalidade usadas no cálculo das responsabilidades com pensões devem ter em conta a população abrangida por cada fundo, sendo da competência dos atuários responsáveis desses fundos a opção pela tabela mais adequada.

As tabelas de mortalidade usadas para a determinação do valor das responsabilidades com pensões em pagamento do setor bancário que foram transferidas para a Segurança Social estão em consonância com os resultados de um estudo realizado pelo ISP sobre a mortalidade que abrange a população (de participantes e de beneficiários) dos fundos de pensões portugueses para o período de 2004-2007, o qual foi publicado no Relatório do Setor Segurador e dos Fundos de Pensões de 2008.



Instituto de Seguros de Portugal

Interessa referir, a propósito, que este é o estudo mais atualizado realizado em Portugal que abrange a população dos fundos de pensões.

O uso das referidas tábuas tem sido objeto de certificação por parte dos respetivos atuários responsáveis e merecido a certificação dos revisores oficiais de contas no âmbito das demonstrações financeiras tanto dos fundos de pensões como das empresas que financiam os seus planos de pensões através desses fundos.

Da aplicação do Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de dezembro, decorre que permanecem na esfera dos fundos de pensões as responsabilidades imputadas às instituições de crédito incluídas no artigo 4.º desse diploma, tendo sido transferida para a Segurança Social a responsabilidade com as pensões de reforma e sobrevivência em pagamento em 31 de dezembro de 2011 previstas no regime de segurança social substitutivo constante do Acordo Coletivo de Trabalho Vertical do setor bancário.

Assim, continua a caber aos fundos de pensões das instituições de crédito o financiamento de várias responsabilidades, de que salientamos, pela sua relevância, as atualizações do valor das pensões transferidas, as pensões de sobrevivência relativas aos reformados existentes e as pensões dos atuais participantes em relação ao serviço prestado até 2010. Mantém-se ainda nos fundos a responsabilidade com os benefícios complementares à Segurança Social, quando a eles haja lugar.

A transferência em questão conduziu a uma redução substancial das responsabilidades financiadas pelos fundos. Para os quatro maiores fundos de pensões das instituições do setor bancário, que representam aproximadamente 90% dos fundos de pensões abrangidos pela transferência, verifica-se que as responsabilidades passadas se reduzem em cerca de metade (47%).



Instituto de Seguros de Portugal

Os ativos a serem transferidos do património dos fundos de pensões para o Estado podem apenas ser constituídos por numerário e títulos da dívida pública portuguesa, neste caso valorizados pelo respetivo valor de mercado.

A título informativo, cumpre referir que a dívida pública portuguesa ascendia apenas a cerca de 3,6% da carteira total de ativos dos quatro maiores fundos do setor bancário.

Encontro-me à inteira disposição dos senhores Deputados para esclarecer as questões que entendam colocar, nas matérias da responsabilidade do ISP.